

ESTUDO COMPARATIVO DAS TAXAS DE RENDIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL MARECHAL RONDON E DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - CANOAS – RS

Raquel Balczarek Grendene*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo - identificar e comparar as taxas de distorção idade-série e as taxas de abandono – do ano de 2018, entre duas escolas públicas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul: o Colégio Estadual Marechal Rondon e a Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, a segunda pertencente ao Programa RS Seguro, ambas localizadas no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre. A metodologia utilizada é a análise bibliográfica e de dados secundários, disponíveis em bancos de dados públicos, como o Portal do Inep - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A escolha da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis é por ela ser priorizada pelo Programa RS Seguro, que atua em quatro eixos, sendo que, no eixo dois, a educação é um dos pilares. O Colégio Estadual Marechal Rondon foi escolhido por ser uma escola do mesmo município, mas que não participa do Programa RS Seguro. O Programa RS Seguro é um Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública (Decreto Estadual nº 54.516/2019), com foco territorial em áreas com indicadores de maior criminalidade e vulnerabilidade socioeconômica, apresenta planejamentos de ações de curto, médio e longo prazos, está baseado nas premissas de Inteligência, Integração e Investimento Qualificado.

Palavras-chave: Taxa de distorção idade-série. Taxa de abandono. Taxas de rendimento escolar.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar e comparar as taxas de distorção idade-série e as taxas de abandono de duas escolas públicas da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, ambas localizadas no Município de Canoas: o Colégio Estadual Marechal Rondon, no bairro Marechal Rondon, perto do centro da cidade, e a Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, no bairro Mathias Velho, pertencente ao Programa RS Seguro.

Os indicadores escolares selecionados para o estudo foram: número de matrículas da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul; número de matrículas do Município de Canoas; número de matrículas de cada escola; taxa de distorção idade-série; taxa de rendimento; taxa de aprovação; taxa de reprovação e taxa de abandono também de cada escola.

Cabe, aqui, uma breve conceituação de termos como: distorção idade-série, taxa de rendimento, taxa de aprovação, taxa de reprovação e taxa de abandono. Segundo o

* Assessora Pedagógica do Departamento de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras/RS – Licenciatura Plena História; Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras/RS - Especialização em História Contemporânea; Centro Universitário Franciscano do Paraná/PR - Especialização em Educação, com concentração em Gestão Escolar. E-mail: raquelgrendene@seduc.seduc.rs.gov.br

Dicionário de Indicadores Educacionais, Fórmulas e Cálculos do Inep (2004), a **distorção idade-série** expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Ainda, conforme o Dicionário do Inep, as **taxas de rendimento escolar** são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na segunda etapa do Censo Escolar, denominada módulo Situação do Aluno. Nesta etapa, os respondentes preenchem as informações de rendimento (aprovado/ reprovado), movimento (falecido, deixou de frequentar, transferido) e Curso em andamento/ Sem movimentação, de acordo com a etapa de ensino do aluno.

A **taxa de aprovação**, conforme o Dicionário do Inep já mencionado, indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontravam. A **taxa de reprovação**, segundo a mesma fonte, indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontravam.

A **taxa de abandono**, segundo o Dicionário do Inep, indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo. Importante salientar que, o conceito técnico de abandono é diferente do conceito de evasão escolar. **Abandono** quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. **Evasão** significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema. (Censo Escolar – 1998).

A literatura educacional relata como causas do abandono escolar a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho; estranhamento e falta de adaptação ao modelo escolar (principalmente no Ensino Médio) e dificuldade de acesso ao estabelecimento escolar (SARAIVA, 2013), já a distorção idade-série tem como causa a repetência; a entrada tardia na escola; abandono e retorno do aluno evadido (SARAIVA, 2010). Além dos fatores relacionados, podemos citar as desigualdades socioeconômicas, a qualidade da educação que é oferecida, a falta de infraestrutura em algumas escolas e outras vulnerabilidades de várias ordens.

Buscando solucionar o problema da distorção, em 2005, o Ministério da Educação instituiu o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que utiliza, entre outras, uma medida de fluxo para avaliar as escolas (SARAIVA, 2010).

Com base na dimensão da necessidade atual, o Congresso Federal sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 13.005/2014, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país e que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação.

O Plano vincula os entes federativos às suas medidas e possui metas dedicadas a garantir a melhoria da cobertura escolar e da conclusão, são elas:

- Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada até 2024;
- Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) e a ampliação da escolaridade de jovens e adultos;
- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo até 2024, para as populações do campo, da

região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

- Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até 2024, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional e 10 - oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional). (BRASIL, 2014).

As metas citadas do PNE representam metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização, à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, à redução das desigualdades e à valorização da diversidade.

Uma vez definido, anteriormente, a dimensão, a conceituação e a importância de pensar em soluções para o problema do abandono escolar e da distorção idade-série, este artigo busca identificar e comparar por meio do estudo comparativo das taxas de distorção idade-série e das taxas de abandono, no período de 2018, do Colégio Estadual Marechal Rondon e da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, escolas públicas pertencentes à Rede Estadual do Rio Grande do Sul, ambas localizadas no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre.

O recorte temporal escolhido, o ano de 2018, por ser o ano de implantação do Programa RS Seguro e porque nos anos subsequentes foram atípicos, 2019 - greve e 2020 - pandemia do Coronavírus, quando todas as escolas fecharam presencialmente. E a partir do estudo comparativo, entre as escolas, o artigo procura trazer reflexões sobre os resultados; e também comparar os resultados da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis entre 2018 e 2019, para observar as possíveis mudanças nas taxas da escola após um ano da implantação do Programa RS Seguro.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e uso de dados secundários disponíveis em bancos de dados públicos, como o Portal do Inep - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os critérios para selecionar as escolas, Colégio Estadual Marechal Rondon e a Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, como objetos de estudo, foram: a região, Canoas, escolhida devido ao meio urbano apresentar maior heterogeneidade social e vulnerabilidade social e econômica; pela pesquisadora - ter uma vivência de um trabalho no Colégio Estadual Marechal Rondon e na Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, sendo que a segunda faz parte do Programa RS Seguro, um programa transversal de Segurança Pública e Defesa Social, do governo estadual, que busca uma atuação integrada com os municípios e demais Poderes, desenvolvendo ações com impacto na melhoria da condição de vida e convivência das famílias, em especial dos jovens destas comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O entendimento de política pública normalmente está vinculada à ação do Estado decorrentes das demandas da sociedade. Assim sendo, pode-se dizer que as políticas públicas emergem do contexto social e as políticas sociais são aquelas políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo várias áreas, no caso do Programa RS Seguro, é viabilizar projetos direcionados a educação.

A ideia de comparar uma escola pertencente e outra não a um programa específico de política pública é embasado nos referenciais teóricos, que relatam a importância de se utilizar de estudos mais amplos para a construção de uma síntese da educação brasileira, como descreve o artigo **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação** escrito por Alves e Soares (2013), em que eles apresentam:

Os resultados mostram que as escolas que atendem a alunos de menor nível socioeconômico, como esperado, têm piores resultados, mesmo com o controle de outras características. Para essas escolas, é muito mais difícil elevar o valor do indicador. Além disso, as condições de infraestrutura e de complexidade da instituição também guardam relação com o Ideb. Por fim, os resultados indicam que são necessárias políticas de superação dessas limitações e que tais condições não podem ser ignoradas na análise do Ideb. (ALVES; SOARES, 2013, p.117).

Conforme estudos quantitativos em educação, desenvolvidos pela pesquisadora Bernardete Gatti da Fundação Carlos Chagas:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI, 2004, p.13).

Além, desta introdução, a estrutura deste trabalho consiste em três seções: primeira seção destinada à descrição do que é o Programa RS Seguro, a segunda seção está destinada a descrever e analisar o contexto educacional apresentando ao leitor dados sobre o município onde estão localizadas as escolas, de forma geral, a infraestrutura de cada escola, os índices de matrícula do Estado e das escolas em estudo, as taxas de distorção idade-série, taxas de abandono e rendimento escolar de cada escola, com o intuito de apresentar e comparar - os resultados dos obtidos e, por fim, a terceira seção com as considerações finais.

2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA RS SEGURO

O programa RS Seguro é um Programa Transversal de Segurança Pública e Defesa Social, cuja premissa é baseada em quatro eixos: o combate ao crime; as políticas sociais, preventivas e transversais; a qualificação do atendimento ao cidadão e o sistema prisional.

O eixo que é relevante para este artigo é o eixo dois das políticas sociais, preventivas e transversais, na prevenção à violência através da educação, pois esse é o eixo do programa que apoia ações em escolas com vulnerabilidade e investe em projetos educacionais para melhorar a situação dos estudantes, buscando proporcionar um ensino de qualidade e voltado para a nova economia, em especial para a melhoria dos índices relacionados à evasão escolar, à adequação da idade-série dos alunos e ao tempo de permanência do aluno na escola.

Para integrar e ser priorizado, pelo Programa RS Seguro, foi realizado um protocolo de ações. Os municípios, para receberem os projetos deste programa, passaram por uma série de critérios de seleção como Foco territorial, ou seja, foi feita uma seleção entre os municípios mais populosos do Estado, aqueles que concentravam

os piores indicadores de violência, que concentravam 80% das mortes violentas no período de 2009 a 2018 e os critérios secundários, tais como: municípios com taxa de homicídios superior a 30 por 100 mil habitantes em um dos dois períodos avaliados (2009 - 2018 ou 2014 -2018) e municípios com número médio de mortes violentas superior a 50 por ano em um dos dois períodos avaliados (2009-2018 ou 2014-2018). Em junho de 2020, foi realizada uma atualização dos indicadores (% da população do Estado; mortes violentas; roubo de veículos e roubo a pedestres) que compõem a seleção dos municípios que são priorizados pelo Programa RS Seguro e ampliado de 18 para 23 o número de municípios monitorados pelo RS Seguro e conseqüentemente o número de escolas priorizadas, atualmente 98 escolas estaduais e 89 escolas municipais.

As escolas atendidas pelo programa também passaram por uma série de critérios para receberem os projetos do Programa, tais como:

- a. Priorização para os bairros:
 - Territorialidade e população - Situado em um dos municípios priorizados e possuir mais de 4.500 habitantes em 2018;
 - Vulnerabilidade – Violência (bairros com maior incidência de mortes violentas, Renda (domiciliar per capita abaixo da média do município);
 - Educação (ao menos uma escola no bairro, com mais de 300 alunos e com índices educacionais abaixo da média do município);
- b. Critérios para a priorização para as escolas:
 - Territorialidade e população – Estar localizado ou atender a população dos bairros priorizados e possuir ao menos 300 alunos matriculados em 2018;
 - Indicadores educacionais - Indicadores abaixo da média do município e mensuram a qualidade da escola, o corpo docente e o desempenho dos alunos.

Para efetivação do programa RS Seguro foi necessário o alinhamento com os municípios, ou seja, foi necessária a validação dos bairros e escolas priorizadas com os municípios; além disso, houve apresentação das ações propostas pelas Secretarias de Estado; a identificação das ações do município e a identificação de ações conjuntas ou problemas a serem solucionados.

Deste alinhamento ficaram definidas as ações com foco na aprendizagem e na melhoria do ambiente escolar, com o objetivo de melhorar a situação de Aprendizagem em parceria com a SEDUC/RS:

- Projeto de Alfabetização;
- Atividades de adaptação do 5º ao 6º ano;
- Atendimento diferenciado para alunos em distorção idade-série;
- Projeto para incentivar o pensar e o fazer científico, criativo e colaborativo;
- Qualificar o controle das atividades curriculares, por meio do Diário de Classe *On-Line*.

Os projetos para melhoria do ambiente escolar foram:

- Promover a prática da Justiça Restaurativa na Escolas, por meio do Projeto Escola + Paz;
- Aprimorar as ações de prevenção à violência nas Escolas, por meio do Projeto CIPAVE + Projeto Conecta RS – Banda Larga;
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), com parceria com SICT, SCJDH e SEDUC;
- Ações de inclusão por meio da cultura e do esporte;
- Ações de saúde com foco na prevenção;

- Ações sistêmicas da rede de atendimento ao jovem.

O programa RS Seguro também criou o seu próprio Índice Educacional, composto por 10 indicadores, selecionados a partir da metodologia desenvolvida pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, e apresentada na Nota Técnica nº 18 publicada em 2016 por esta mesma instituição, com o objetivo de mensurar a qualidade da escola, o corpo docente e o desempenho dos alunos. Este índice recebeu o nome de Índice Educacional do RS Seguro e é composto por 10 indicadores:

- Complexidade de Gestão Escolar;
- Média de Alunos por Turma;
- Média de Horas-Aula diária;
- Nível Socioeconômico;
- Regularidade do corpo docente;
- Porcentagem de Docentes com curso superior;
- Indicador de Esforço Docente;
- Taxa de Distorção Idade-Série;
- Taxa de Reprovação;
- Taxa de Abandono.

Paro (2016, p.101) apresenta a importância do alinhamento de vários órgãos públicos com os municípios e demais Poderes para a discussão e implementação de políticas públicas, alinhamento que pode ser observado no Programa RS Seguro política pública apresentada neste artigo. Para o autor:

Como essa implementação supõe uma cadeia de órgãos, decisões, medidas políticas e concretizações de projetos e intenções que descem desde as instâncias superiores do sistema até chegar aos usuários do ensino, a discussão sobre o assunto, certamente, precisaria levar em conta a eficácia com que os objetivos estariam sendo alcançados na ponta inferior [...].

Conclui-se a descrição do Programa RS Seguro apresentando os 23 municípios priorizados, com altos índices de violência e mais vulneráveis no aspecto socioeconômico e o número de escolas, estaduais e municipais, de zonas, urbana e rural, por município distribuído, que foram selecionados e são priorizados pelo Programa RS Seguro, conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Número de escolas que fazem parte do Programa RS Seguro por Município

Município	Total	Número de Escolas Estaduais Priorizadas	Número de Escolas Municipais Priorizadas	Urbana	Rural
1. Alvorada	08	05	03	08	
2. Bento Gonçalves	07	03	04	07	
3. Cachoeirinha	04	03	01	04	
4. Canoas	16	05	11	16	
5. Capão da Canoa	02	01	01	02	
6. Caxias do Sul	12	05	07	12	
7. Cruz Alta	05	04	01	05	
8. Esteio	04	03	01	04	
9. Farroupilha	04	03	01	04	
10. Gravataí	08	04	04	08	

11. Guaíba	06	04	02	06	
12. Ijuí	05	04	01	05	
13. Lajeado	06	04	02	06	
14. Novo Hamburgo	09	04	05	09	
15. Passo Fundo	04	02	02	04	
16. Pelotas	19	08	11	19	
17. Porto Alegre	38	21	17	38	
18. Rio Grande	10	05	05	09	01
19. Santa Maria	06	02	04	06	
20. São Leopoldo	08	03	05	08	
21. Sapucaia do Sul	06	02	04	06	
22. Tramandaí	04	01	03	04	
23. Viamão	05	02	03	05	

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Programa RS Seguro.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL

O contexto educacional tem por foco, possibilitar a visualização do objeto em estudo neste artigo, apresentar a descrição do município de Canoas, das escolas e dos dados de números de matrículas da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul, do Município de Canoas e de cada escola; taxa de distorção idade-série; taxa de rendimento; taxa de aprovação; taxa de reprovação e taxa de abandono, para viabilizar o objetivo de identificar e comparar as escolas o Colégio Estadual Marechal Rondon e a Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis.

O Município de Canoas foi fundado em 1939, está situado na região metropolitana de Porto Alegre, sendo vizinha dos municípios de Cachoeirinha, Esteio e da capital – Porto Alegre, os habitantes se chamam canoenses. Sede de grandes empresas nacionais e multinacionais e dos ramos de gás, metal mecânico e elétrico. A educação desponta como novo setor. A cidade tem uma das maiores redes de ensino do Estado. São escolas públicas e particulares, além de três universidades. A cidade é dividida em cinco distritos – Centro; Sudeste; Nordeste; Sudoeste e Noroeste. O município se estende por 131,1 km² e contava com 346.616 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 2.643,9 habitantes por km² no território do município situado a 29 metros de altitude, Canoas tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 29° 55' 8" Sul, Longitude: 51° 10' 41" Oeste.

O Colégio Estadual Marechal Rondon está localizado na rua Santini Longoni nº147, no bairro Marechal Rondon, perto do centro do Município de Canoas. Instalado em um prédio de alvenaria de um andar, oferecendo à comunidade Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio nos turnos manhã, tarde e noite.

A Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis está localizada na rua Campinas nº2020, no bairro Mathias Velho. Também instalado em um prédio de alvenaria de 04 andares e ofertando à comunidade Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio nos turnos manhã, tarde e noite. A fim de subsidiar o estudo com o maior número de dados, segue dois quadros comparativos apresentando a infraestrutura física, das áreas comuns (dependências) e equipamentos de mídia e informática das escolas².

Quadro 1: Comparativo dos espaços físico e dependências da Escolas do estudo:

Espaço Físico/Dependências	Col. Est. Marechal Rondon	Esc. Est. de Ens. Méd. São Francisco de Assis.
Sala da Direção	x	x
Sala Vice Direção	x	x
Sala Adm./Ass. Financeiro	x	x
SSE – Serviço de Supervisão Escolar	x	x
SOE – Serviço de Orientação Educacional	x	x
Sala dos Professores	x	x
Secretaria	x	x
Sala de Reunião	x	x
Sala de Arte	x	
Sala de Audiovisual/Vídeo	x	x
Sala de Aula	x	x
Sala de Recursos	x	x
Sala de Livros/Banco de Livros	x	x
Biblioteca	x	x
Anexo a Bibliot./ Sala de Leitura	x	
Quadra de esportes	x	
Quadra de esp. coberta/Ginásio	x	x
Refeitório	x	x
Reprografia/Fotocópias	x	x
Almoxarifado	x	x
Limpeza/Depósito	x	x
Banheiros	x	x
Banheiro Adaptado	x	
Parque Infantil	x	
Auditório	x	x
Saguão	x	x
Marcenaria	x	
Laboratório de Ciências	x	x
Laboratório de Informática	x	x
Pátio Externo	x	x

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das escolas².

Quadro 2: Comparativo de estrutura de mídia e informática das escolas estudadas.

Informática /Equipamentos	Col. Est. Marechal Rondon	Esc. Est. de Ens. Méd. São Francisco de Assis.
Aparelho de DVD/Blu-Ray	x	x
Aparelho de Som	x	x
Aparelho de Televisão	x	x
Computadores	x	x
Copiadora	x	x
Fax	x	x
Impressora	x	x
Lousa Digital		x
Conjunto de Mat. Científico	x	x
Equipamento para ampliação e difusão de som/áudio	x	x
Instrumentos Músicas	x	x
Materiais para Ativ. Culturais	x	

Materiais para Ativ. Desportiva e recreação	x	x
Jogos Educativos	x	x
Material Pedagógico para a Educação das Relações Étnicas Raciais.		x

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das escolas.¹

Uma vez descrito o cenário municipal - Canoas, onde estão inseridas as escolas e, de forma geral, as estruturas de cada escola, o estudo segue apresentando os dados para realizar a comparação das taxas de distorção idade-série e as taxas de abandono.

O recorte temporal escolhido de 2018, por ser o ano de implantação do Programa RS Seguro e porque nos anos subsequentes foram atípicos, em 2019 houve greve dos servidores estaduais da educação e, em 2020, vivenciamos a pandemia do Coronavírus, quando todas as escolas fecharam presencialmente.

Em 2018, as escolas públicas de ensino da Rede Estadual totalizavam matriculados na Rede Estadual³ 779.431 alunos, composto por 481.209 alunos do ensino fundamental, 274.690 alunos do ensino médio e 23.532 alunos da educação profissional; a porcentagem de alunos em distorção idade-série no ensino fundamental 22,3% e ensino médio 37,6%. No mesmo período, as escolas municipais e estaduais, priorizadas com a implantação do Programa RS Seguro, apresentavam a porcentagem de alunos em distorção idade-série no ensino fundamental de 31,3% e ensino médio 53,4% comparando com os resultados do Estado.

Em um total de 116.232 alunos matriculados nas escolas municipais e estaduais atendidas pelo Programa, totalizavam 116.232 alunos do ensino fundamental e médio, 41.586 alunos em distorção idade-série (35,7%) e 4.184 (10%) abandonos.

O artigo analisa a relação entre os indicadores e o contexto de vulnerabilidade socioeconômica, considerando para tal, as características do estabelecimento de ensino, ou seja, das escolas priorizadas pelo RS Seguro. Segundo De Paula e Nogueira, (2018, p. 57):

De forma geral, essa nova abordagem sociológica da educação tem procurado investigar o papel e o impacto de determinadas características sociais do entorno sobre a vida escolar dos estudantes e, mais amplamente, os efeitos dos processos de segregação socioespacial sobre a socialização dos jovens e sobre a acentuação da desigualdade da distribuição espacial de equipamentos públicos, como a própria escola.

Assim sendo, o presente artigo chega no ponto focal, apresentar as informações das matrículas do Colégio Estadual Marechal Rondon e da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis para subsidiar o cálculo das taxas de rendimento e abandono escolar, pois a soma das taxas de aprovação, reprovação e abandono sempre resulta em 100% das matrículas, já que elas representam respectivamente o percentual de aprovados, reprovados e abandonos em relação à soma de matrículas consideradas válidas para o cálculo, segundo o Inep.

No ano referência 2018, o Colégio Estadual Marechal Rondon teve um total de 1.292 matrículas, divididas em 493 matrículas no ensino fundamental e, 799 matrículas no ensino médio. Apresentando no INEP como resultado, em 2018, os seguintes resultados de Taxa de Rendimento.

Segue a Tabela 2 com as taxas da escola em 2018:

¹ ISE - Informatização da Secretaria da Educação – julho 2021

Tabela 2: Taxas do Colégio Estadual Marechal Rondon em 2018

Taxas	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Taxa de Aprovação	87,0 %	79,5%;
Taxa de Reprovação	12,3%	12,5%
Taxa de Abandono	0,7%	8,0%
Taxas de distorção idade-série	17,4%	30,1%.

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do censo escolar do Inep, 2018.

A Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, também em 2018, tinha um total de matrículas de 734 alunos, divididos em no ensino fundamental 500 matrículas e no ensino médio 234. Apresentando no INEP como resultado, em 2018, os seguintes resultados de Taxa de Rendimento.

Segue a Tabela 3 com as taxas da escola em 2018:

Tabela 3: Taxas da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis em 2018

Taxas	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Taxa de Aprovação	72,3 %	67,4%
Taxa de Reprovação	23,7%	17,6%
Taxa de Abandono	4,0%	15,0%
Taxas de distorção idade-série	38,4%	54,4%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do censo escolar do Inep, 2018².

Observa-se pelos dados que mesmo as escolas sendo no mesmo município em alguns índices existe uma diferença elevada.

No ano de referência 2019, o Colégio Estadual Marechal Rondon tinha um total de matrículas de 1.482 alunos, divididos em 564 matrículas no ensino fundamental e, 918 matrículas no ensino médio.

Segue a Tabela 4 com as taxas da escola em 2019:

Tabela 4: Taxas do Colégio Estadual Marechal Rondon em 2019

Taxas	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Taxa de Aprovação	86,7 %	82,6%;
Taxa de Reprovação	13,3%	16,5%
Taxa de Abandono	0,0%	0,9%
Taxas de distorção idade-série	17%	25,5%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do censo escolar do Inep, 2019.

² MEC/INEP/DEED/CGCEB – Censo Escolar da Educação Básica 2018

A Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis um total de matrículas foi de 732 alunos, divididos em no ensino fundamental 480 matrículas e no ensino médio 252.

Segue a Tabela 5 com as taxas da escola em 2019:

Tabela 5: Taxas da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis em 2019

Taxas	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Taxa de Aprovação	81,5 %	71,1%;
Taxa de Reprovação	14,1%	23,8%
Taxa de Abandono	4,4%	5,1%
Taxas de distorção idade-série	41,4%	49,2%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do censo escolar do Inep, 2019³.

Comparando os dois períodos 2018 e 2019, em relação às matrículas houve um aumento de 190 matrículas no Colégio Estadual Marechal Rondon e uma diminuição de 02 matrículas na Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, não sendo uma variação relevante, por ser muito pequena. Mas em relação aos demais índices existiu uma melhora na segunda escola após a implementação do Programa RS Seguro.

Uma das principais consequências da distorção idade-série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares. As principais causas da distorção idade/série são a reprovação e o abandono escolar. A partir do estudo comparativo das tabelas da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis observa-se um aumento da taxa de distorção idade-série, no ensino fundamental, do ano de 2018 para 2019, em contrapartida um aumento na taxa de aprovação e uma redução na taxa de reprovação, embora exista um aumento na taxa de abandono escolar, ele é muito pequeno comparado aos resultados das outras taxas, o que se supõem que talvez tenha ocorrido uma melhora nos índices e que os alunos com idade acima da série que estão matriculados conseguiram ser aprovados, ou seja, tenham progredido uma série. Comparada às taxas de rendimento do ensino médio, existe um aumento do ano de 2018 para 2019 das taxas de aprovação, mas também as de reprovação, porém, houve uma redução nas taxas de abandono de quase 10%, e das taxas de distorção idade-série, o que se supõem que os alunos ou foram aprovados ou reprovados e não abandonaram a escola.

O estudo do fenômeno da distorção idade-série parece ser fundamental para a política educacional no país, pois gera impactos sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional e se relaciona com um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas da educação, como as taxas de reprovação e de repetência e as condições de infraestrutura que, comprovadamente, influenciam o desempenho dos alunos.

Do período analisado 2018 a 2019, há um indício que o programa RS Seguro tem trazido benefícios para a escola, um ano só não dá para mensurar uma política tão ampla, mas se percebe que há mudanças, apesar de não ser possível dimensionar os impactos dessas mudanças. Talvez o fato de o projeto ser implementado na escola tenha motivado a gestão, os professores e os alunos. Pois pode ter acontecido de os projetos educacionais terem fomentado nos jovens o sentimento de personagem principal de uma iniciativa, pode, ainda, esses projetos, terem promovido o engajamento dos

³MEC/INEP/DEED/CGCEB – Censo Escolar da Educação Básica 2019.

estudantes por meio do exercício de participação social dentro dos espaços em que eles pertencem. O protagonismo juvenil auxilia os alunos a sentirem-se pertencentes ao seu lugar, nesse caso, a escola. O sentimento de pertencimento fomenta a autoestima e a ligação consigo e com os outros. Em relação a esta questão, o documento **Políticas Públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens** (2017, p.06), traz a seguinte discussão:

Contudo, para que ações voltadas à promoção do engajamento dos jovens nas atividades escolares e, conseqüentemente, à redução da evasão e do abandono possam ser desenhadas faz-se necessário, por um lado, consolidar o conhecimento e a evidência disponíveis sobre essa questão. Por outro lado, é necessário que esses resultados sejam apresentados de maneira organizada, acessível e estimulante aos gestores públicos e formadores de opinião, de forma a se converterem em instrumento de apoio para os responsáveis pelo desenho dessas políticas.

A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: proto, que significa “o primeiro, o principal”; agon, que significa “luta”. Agonistes, por sua vez, significa “lutador”. Protagonista é o mesmo que lutador principal, personagem principal ou ator principal. Uma das trajetórias para desenvolver o protagonismo nas escolas e superar as barreiras como o desinteresse dos alunos pelos estudos, é compreender os adolescentes e analisar as formas de agir em relação a eles, para tanto se faz necessário a verificação do processo de ensino-aprendizagem, a criação de novas metodologias e práticas de ensino, a reformulação, implementação ou extinção de políticas públicas educacionais, que podem partir tanto dos gestores governamentais quanto dos gestores escolares, para gerar uma cultura que o estudante se torne sujeito de sua aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito geral à educação foi pela primeira vez direcionado e especificado, articuladamente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no seu Art. 26, inciso 2 que trazia:

A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício garantido na Constituição Brasileira de 1988 que traz em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito à educação não pode ficar restrito a leis e ao acesso à escola, mas deve garantir o desenvolvimento e o aprendizado coerente com projetos e políticas públicas

que devem ser planejados e efetivados para se garantir a qualidade no sistema de ensino, potencializando a pluralidade de abordagens na educação.

Apesar da quase universalização do acesso ao ensino fundamental ser uma conquista significativa, o ensino ao qual estes jovens têm acesso sofre de sérios problemas e o fato de o Brasil ter avançado muito no aprimoramento de instrumentos de avaliação de políticas educacionais, os governantes, gestores e profissionais da educação, ainda precisam aprender como usar os dados levantados por eles, para poder melhorar a qualidade de ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem no ambiente escolar.

As políticas educacionais oriundas da Constituição Brasileira de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996 buscam garantir, de forma integral, e avaliar a qualidade da educação oferecida pelas escolas, traduzida no nível de aprendizagem dos estudantes, o cumprimento e monitoramento das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), as políticas públicas também têm o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade que respeite a cidadania e aumente os níveis de participação democrática.

Para refletir sobre política pública educacional, este artigo descreveu a política pública do Programa RS Seguro, partindo do estudo comparativo de duas escolas: uma que é priorizada pelo programa e outra que não é.

O estudo comparativo entre as escolas Colégio Estadual Marechal Rondon e Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis, de 2018 para 2019, apresenta um resultado positivo em relação à Taxa de Rendimento Escolar (taxa de aprovação - taxa de reprovação - taxa de abandono) e a Taxas de distorção idade-série. O Colégio Estadual Marechal Rondon possui uma diversidade de projetos na escola e uma gestão e professores que pensam em um clima para essa escola que favoreçam o protagonismo juvenil, como os projetos de robótica e *STEAM* que acontecem no Colégio. Talvez seja por isso que os dados apresentados por esta escola venham se mantendo positivos, mesmo ela não fazendo parte do Programa RS Seguro.

O Programa RS Seguro apresenta uma abordagem que busca melhorar a situação dos jovens de comunidades violentas e vulneráveis e os resultados positivos da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis podem ter sido influenciados por esse novo cenário e já houve uma mudança, mesmo com tão pouco tempo de implementação, portanto, é difícil dizer que as mudanças ocorreram apenas por causa do projeto, mas talvez o fato de o projeto ir para a escola tenha motivado a gestão, os professores e os alunos. Talvez com um tempo maior se possa chegar a uma conclusão mais definitiva sobre a melhoria dos dados na escola e na comunidade do programa. Importante salientar que, é preciso cuidado ao interpretar dados de avaliações de larga escala, pois nem sempre a melhoria dos índices significa melhoria na qualidade da educação.

Também foi traçado o perfil das escolas a partir da infraestrutura e da existência de equipamentos pedagógicos. O Colégio Estadual Marechal Rondon e a Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis apresentam a existência de computadores e acesso à internet, equipamentos de audiovisual e informática, televisores, prédios, instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, e, por fim, acesso a materiais de leitura e pedagógicos, que sugerem que levaria a motivar os alunos a passarem maior tempo na escola e possivelmente melhorarem o desempenho escolar. Porém, não refletem uma melhoria significativa nos indicadores de desempenho escolar, principalmente nos índices relativos ao ensino médio de ambas as escolas. Assim sendo, algumas reflexões surgem, como pensar sobre o impacto da infraestrutura sobre aprendizado? Qual o tipo de uso

dado às tecnologias da informação e da comunicação? E que as evidências aqui apresentadas, de comparação entre as taxas das escolas, parecem indicar que estas não são devidas a diferenças em infraestrutura e, portanto, qual seria o motivo?

Espera-se, com a retomada das aulas presenciais, em breve, poder acompanhar e monitorar os dados, de mais de perto, do desenvolvimento das ações do Programa RS Seguro na Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis e poder consolidar mais detalhadamente os primeiros resultados apresentados pela escola e identificar com mais precisão o quanto estas ações podem ter impactado nos dados educacionais da escola. Além disso, torna-se importante verificar a necessidade e ou a possibilidade de realizar diagnósticos, estudos, pesquisas e análises técnico-políticas que contribuam para a qualificação da oferta educacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. SOARES, José Francisco. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj295va_t_xAhWDrJUCHTcVDwsQFjAAegQIAxAD&url=https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2F&usg=AOvVaw12fZ9zuMwc3ZyE4xzc2jIh. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. IPEA. **Redução de Homicídios.** Nota Técnica nº 18. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Maio 2016.

Disponível em:

<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_18_2016_ajuste_anual_fundeb_2015.pdf>. Acesso em 30 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2019.**

Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Inep – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjY75f7_9_xAhU6rJUCHV_PAlsQFnoECAQQAA&url=http%3A%2F%2Fportal.inep.gov.br%2F&usg=AOvVaw0GCYf_4hFyV7-bQlphKC9s>. Acesso em 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dicionário de Indicadores Educacionais Fórmulas de Cálculo Coordenação-Geral de Sistemas Integrados de Informações**

Educacionais. MEC/INEP Brasília, 2004. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486420>. Acesso em 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.** Disponível em: < <http://saeb.inep.gov.br/saeb/>>. Acesso em 30 jun. 2021.

CANOAS. Prefeitura de Canoas.

Disponível em:

<<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-canoas.html#:~:text=Munic%C3%ADpio%20de%20Canoas.%20Canoas%20%C3%A9%20uma%20cidade%20de,643%2C9%20habitantes%20por%20km%C2%B2%20no%20territ%C3%B3rio%20do%20munic%C3%ADpio.>>>. Acesso em: 03 jul. de 2021.

CERQUEIRA, Daniel. RANIERE, Mariana. GUDDES, Erivelton. COSTA, Joana Simões. BATISTA, FILIPE. NICOLATO, Patrícia. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela**

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação** / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).** Brasília: Inep, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, abr. 2004, vol.30, n.1, p.11-30.

INSPER. **Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de jovens.** Trabalho conjunto do Insper, Fundação Brava, Instituto Ayrton Senna e Instituto Unibanco.2017

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwighIGm_9_xAhW8pJUCHhBC0UQFnoECAQQAA&url=http%3A%2F%2Fgesta.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F09%2FPolitic-as-Publicas-para-reducao-do-abandono-e-evasao-escolar-de-jovens.pdf&usq=A0vVaw1VmIKfFw19tCFoLaCI5hro>. Acesso em 30 jun. 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** Cortez Editora, 30 de nov. de 2017 - 141 páginas.

PORTAL QEDU.

Disponível em: < <https://www.qedu.org.br/>>. Acesso em 30 jun. 2021.

PAULA Gustavo Bruno de. NOGUEIRA Maria Alice de Lima Gomes. **Desigualdades socioespaciais e escolhas escolares.** Educação UFSM.v. 43, n. 1. p. 55-74.2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30037/pdf>>. Acesso em 27 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Base de dados informatização da secretaria de educação (ISE).**

Disponível em: <<https://secweb.procergs.com.br/ise/index.jsp>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística do Departamento de Estatística e Economia (DEE/SPGG). Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Observatório da Violência – SSP/RS.**

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj-1635_t_xAhVdq5UCHQQdACwQFjABegQIBRAD&url=https%3A%2F%2Fwww.ssp.rs.gov.br%2Fobservatorio-mulher&usg=AOvVaw2Rfx9aZWfGcKDY4hWff5ym>.

Acesso em 30 jun. 2021.

SARAIVA. Ana Maria Alves. **Dicionário de Verbetes** (2013). Abandono Escolar.

Disponível em <<https://gestrado.net.br/verbetes/abandono-escolar>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SARAIVA, Ana Maria Alves. **Dicionário de Verbetes** (2013). Distorção idade-série.

Disponível em <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/237-1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Centro de Difusão do Conhecimento. **Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos**/Centro de Difusão do Conhecimento. Juiz de Fora: UFJF, 2020.

Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/56/2008/11/Manual-de-normalização-2019-versão-1.2-ago.2020.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.